

A EDUCAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: um projeto a serviço do capital

EDUCATION AND THE PRECARIOUSNESS OF WORK: A project serving capital

Marco Antônio de Oliveira Gomes¹ - UEM 
Vagner Miranda de Carvalho² - UERN 
Ana Paula Dias Torres Ocampos³ - SEED 

RESUMO

A magnitude da crise estrutural do capitalismo nas últimas décadas, as transformações nas relações produtivas e a hegemonia das políticas neoliberais, sobretudo a partir da década de 1990, afetaram as atividades laborais dos professores. Neste artigo, objetiva-se analisar teoricamente a processualidade histórica da precarização do trabalho docente e seus vínculos com o caráter de classe do projeto educacional burguês. Desse modo, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, utiliza-se, como aporte teórico, o materialismo histórico-dialético, que possibilita analisar o fenômeno sem dissociá-lo do contexto em que se insere. Por fim, explicita-se, ao longo deste artigo, que a precarização do trabalho docente não é um evento apartado da destruição dos direitos da classe trabalhadora e, concomitantemente, do esvaziamento e da mercantilização da educação escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Precarização do trabalho docente; Crise do capital.

ABSTRACT

The magnitude of the structural crisis of capitalism in recent decades, the transformations in productive relations, and the hegemony of neoliberal policies, especially since the 1990s, have affected the work activities of teachers. That said, within the limits of this article, we aim to theoretically analyze the historical process of the precarization of teaching work and its links to the class character of the bourgeois educational project. Based on bibliographic and documentary research, we use historical-dialectical materialism as our theoretical framework, which allows us to analyze the phenomenon without dissociating it from its context. Finally, we make it clear throughout this article that the precarization of teaching work is not an event separate from the destruction of the rights of the working class and, concomitantly, from the emptying and commodification of school education.

KEYWORDS: Education; Precarious working conditions for teachers; Crisis of capital.

¹Doutor e Pós Doutor em História e Filosofia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: maogomes@uem.br.

²Mestre em Administração pela Universidade Potiguar (UNP) e Doutorando em educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). EMAIL: vagnermiranda@uern.br.

³Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: anapaula.ocampos@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O denominado colapso do “socialismo real” e o fim da “Guerra Fria” abriram espaço para os apologetas do capital para a celebrarem a vitória da “democracia” liberal e do capitalismo como expressão da superioridade do capitalismo. Nesse sentido, pode-se citar o exemplo de Francis Fukuyama, que exaltou o acontecimento com um ensaio intitulado “O fim da história e o último homem (1992)”, é emblemático. Isso porque, como expressão dos interesses ideológicos do imperialismo, identificou o fim do comunismo como a superação do último obstáculo para que o mundo entrasse em uma era de paz e prosperidade a partir da economia de mercado.

Na ocasião, Marx e sua obra pareciam estar condenados a um museu das antiguidades. Contudo, conforme se observará a seguir, as aparências momentâneas do período escamoteavam a essência do processo. Além disso, vivencia-se o avanço da barbárie nas relações sociais, marcadas pela insustentabilidade de um padrão de crescimento caracterizado pela destruição, pelo desperdício e por crises econômicas cada vez mais agudas, o que demonstra a atualidade de Marx (Netto, 2022).

Nesse contexto, presencia-se o avanço das proposições neoliberais, apresentadas idilicamente como o caminho mais avançado para a prosperidade, com a progressiva eliminação de uma série de direitos sociais, acompanhada do avanço tecnológico no âmbito da produção de mercadorias e da acelerada especulação de riquezas fictícias que redefiniram o papel do Estado em direção ao atendimento das demandas burguesas.

Para os arautos da ordem burguesa, a legislação trabalhista e os programas sociais foram – e ainda são – apresentados como ultrapassados e desnecessários diante das transformações econômicas oriundas do avanço tecnológico promovido com a eletrônica, informática, robótica e inteligência artificial. Nesse sentido, a educação para além da destruição do seu caráter público, torna-se uma estratégia na formação das jovens gerações para o trabalho temporário, precarizado e, até mesmo, sem direitos assegurados.

Isto posto, objetiva-se analisar teoricamente a processualidade da intensificação do trabalho docente e, dessa forma, desvelar o caráter de classe do projeto educacional burguês que, para além da precarização do trabalho, utiliza a educação como mais um espaço de defesa de uma ordem profundamente desigual.

Dessa forma, a importância deste estudo pode ser evidenciada pela atual conjuntura, caracterizada pela destruição dos direitos da classe trabalhadora, do qual a precarização do trabalho docente não pode ser dissociada e que se manifesta no abandono da carreira, no adoecimento, na destruição do caráter público da escola etc. (Leal; Alves, 2024).

Não se trata, portanto, de algo recente, mas de um fenômeno aprofundado nos últimos anos, com desdobramentos na vida de milhões de adolescentes oriundos da classe trabalhadora. Assim, é perceptível que

[g]rande parte dos jovens se dá conta, ainda que de modo quase inadvertido ou espontâneo, de que a escola os formará apenas para reproduzirem uma vida social insuportável e que muito pouco diferirá daquela em que nasceram e vivem. Uma vida social que de sempre presente há apenas a carência, a guerra civil entre os pobres e a polícia. É a polícia que representa o Estado, não as

chamadas “políticas públicas”, que, na verdade, são políticas de construção de uma hegemonia burguesa débil. Como pode o “sistema escolar” ser aderente aos interesses das classes subalternas se tal como a educação também os direitos fundamentais lhes são negados. Não pode haver escola se não há trabalho, saúde, habitação, transporte e lazer (Roio, 2016, p. 5).

De tal modo, postula-se que o processo de intensificação do trabalho docente somente será compreendido em sua totalidade se este for analisado a partir de sua inserção no projeto neoliberal, cujo propósito, para além das questões econômicas, é a reprodução do consenso em torno da naturalização das desigualdades sociais.

OS DIREITOS DO TRABALHADOR NA LÓGICA NEOLIBERAL, OU “TUDO O QUE É SÓLIDO SE DESMANCHA NO AR”

O trabalho, em sua expressão genérica, constituiu-se como elemento determinante para a formação do homem, pois a subsistência humana significa, em primeiro lugar, a garantia de sua existência material por meio da produção dos bens necessários à vida. Nesse processo, o ser humano coloca em ação suas forças físicas e capacidades intelectuais para intervir na natureza, transformando-a conforme suas necessidades:

O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é sem dúvida um ato histórico, uma condição fundamental de toda história, que ainda hoje, assim, como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (Marx; Engels, 2007, p. 33).

Assim, o que permite a existência do homem e o fazer-se humano, tanto no âmbito físico quanto no cultural e no intelectual, é o trabalho. Entretanto, no capitalismo, as relações de trabalho condenam milhões de trabalhadores à degradação, negando-lhes a condição de sujeitos, uma vez que transformam o próprio trabalhador em mercadoria.

Atualmente, vive-se e presencia-se o paradoxo do capitalismo em suas contradições mais profundas: a produção é ampliada em níveis astronômicos, com maior uso de máquinas “inteligentes”, informática, robótica etc., enquanto a fome, o desemprego e a miséria crescem em níveis gigantescos. Segundo dados da Oxfam, a “fortuna dos cinco bilionários mais ricos do mundo mais do que dobrou desde o início desta década, enquanto 60% da humanidade ficou mais pobre” (Oxfam Internacional, 2024, p. 8).

Cumpramos assinalar que a concentração da riqueza socialmente produzida nas mãos de um pequeno número de bilionários é a decorrência dos fundamentos que constituem o capitalismo como modo de produção: quanto maior a intensidade de produção do trabalhador, que precisa vender sua força de trabalho para sobreviver, mais apartado da propriedade dos meios de produção se encontra, reforçando sua condição de explorado. Nesse processo, pouco importa ao capital se milhões ou bilhões de homens e mulheres são esquecidos e relegados à miséria absoluta.

Por sua vez, as mudanças promovidas pelo modelo toyotista de indústria flexível e “enxuta”, desencadeadas a partir da década de 1970, alteraram significativamente as relações entre capital e trabalho, o que não implicou o “fim do trabalho” (Antunes, 2020). Isso porque a

introdução das máquinas “inteligentes”, das plataformas digitais e da inteligência artificial, ao contrário da abundância e do fim das relações exploratórias, reavivou antigas formas de exploração da força de trabalho.

Se o universo do trabalho on-line e digital não para de se expandir em todos os cantos do mundo, é vital recordar também que o primeiro passo para se chegar ao smartphone e seus assemelhados começa com a extração de minério na China e em tantos outros países, especialmente do Sul, mostram que o ponto de partida do trabalho digital se encontra no duro ofício realizado pelos mineiros. Da extração até sua ebulição, assim caminha o trabalho no inferno mineral (Antunes, 2020, p. 22).

É, então, sob o domínio das relações capitalistas que as demais relações são reduzidas à transformação dos homens em mercadorias. De tal modo, para o capitalista, o trabalhador somente interessa na medida em que é possível extrair mais-valia de seu trabalho.

A produção capitalista não é apenas a produção de mercadorias, ela é essencialmente a produção de mais-valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso, não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais-valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim à auto expansão do capital. Utilizando um exemplo fora da esfera da produção material: um mestre-escola é um trabalhador produtivo quando trabalha não só para desenvolver a mente das crianças, mas também para enriquecer o dono da escola. Que este invista seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de fazer salsicha, em nada modifica a situação. O conceito de trabalho produtivo não compreende apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, de origem histórica, que faz do trabalhador o instrumento direto de criar mais-valia (Marx, 2022, p. 374).

Diante das circunstâncias demonstradas por Marx, o trabalho constituiu-se como uma atividade de empobrecimento e de alienação do homem. Nesse sentido, os trabalhadores não se emancipam por meio do trabalho, visto que o próprio labor do trabalhador é algo estranho a ele. Sendo assim, ele não decide o que produzir, como produzir e para quem produzir. Por conseguinte, suas atividades laborais são esvaziadas e carentes de sentido. É preciso considerar, então as palavras de Marx e Engels (1998) a esse respeito:

A burguesia despiu de sua auréola sagrada todas as atividades até então veneráveis e reputadas como dignas. Transformou o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência em trabalhadores assalariados pagos por ela. A burguesia arrancou da relação familiar o seu comovente véu sentimental e reduziu-a a uma mera relação de dinheiro. (Marx; Engels, 1998, p. 8).

Pode-se notar, portanto, que as análises de Marx e Engels não perderam sua validade. Afinal, a miséria, o desemprego e as condições degradantes de milhões de trabalhadores em diferentes nações são o resultado de um sistema econômico social alicerçado na reprodução do capital em prejuízo do atendimento das necessidades essenciais de todos. Em outras palavras, o capitalismo se sustenta na desigualdade.

Em pleno século XXI, mais do que nunca, bilhões de homens e mulheres dependem de forma exclusiva da força de trabalho para sobreviver e encontram, cada vez mais, situações instáveis, precárias, ou vivenciam diretamente o flagelo do desemprego. Isto é, ao mesmo tempo que se amplia o contingente de trabalhadores e trabalhadoras em escala global, há uma redução imensa de empregos; aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão dos seus direitos sociais e a erosão de suas conquistas históricas, consequência da lógica destrutiva do capital que, conforme expulsa centenas de milhões de homens e mulheres do mundo produtivo (em sentido amplo), recria, nos mais distantes e longínquos espaços, novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado, “flexível”, depauperando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando (Antunes, 2020, p. 27).

Cumprе assinalar, ainda, que a atual crise já se desenhava na segunda metade da década de 1960, com o excesso de capacidade produtiva acentuado entre 1965 e 1973, cenário este que contribuiu para que as proposições neoliberais ganhassem espaço.

A essa altura, antes de prosseguir, é importante situar que a crise contemporânea se articula em meio a uma rede de contradições que só consegue administrar paliativamente e que, mesmo assim, o faz por curtos intervalos de tempo (Mészáros, 2003). De tal modo, o capitalismo tornou ainda mais severos os problemas da humanidade e é impossível compreender a questão da devastação dos direitos dos trabalhadores sem analisar, em um primeiro momento, as raízes desse processo.

Homens como Milton Friedman (1912-2006) e Friedrich Hayek (1899-1992) expressaram ideologicamente o projeto burguês para estancar a sangria da crise por meio de uma série de medidas que seriam incorporadas nas pautas de diferentes governos: a) enxugamento do papel do Estado as questões relativas à proteção social; b) livre negociação entre patrão e trabalhadores; c) privatização de serviços e empresas públicas; entre outros. Assim, a burguesia utilizou-se da crise do início da década de 1970, que se manifestou por meio do crescimento do desemprego, em seu benefício.

Nesse contexto, com o aporte financeiro de grandes bancos, viabilizaram-se fusões entre grandes empresas que monopolizaram fatias consideráveis do mercado mundial. Não é à toa que, visando lucros exorbitantes, inúmeras fábricas foram realocadas para regiões com força de trabalho mais barata e com maior possibilidade de lucros.

Nesse ínterim, esse processo demonstra a atualidade das análises de Lênin em *O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*, obra publicada em 1916

O enorme desenvolvimento da indústria e o processo notavelmente rápido de concentração da produção, em empresas cada vez maiores, constituem uma das características mais marcantes do capitalismo. As estatísticas industriais

modernas fornecem os dados mais completos e precisos sobre esse processo. (...)

“A integração” — diz Hilferding — “elimina as diferenças de conjuntura e garante, também, à empresa combinada uma taxa de lucro mais estável. Em segundo lugar, a integração conduz à eliminação do comércio. Em terceiro lugar, permite o aperfeiçoamento técnico e, por conseguinte, a obtenção de lucros suplementares em comparação com as empresas ‘simples’ (isto é, não integradas). Em quarto lugar, na luta de concorrência que se desencadeia durante as fortes depressões (dificuldade nos negócios, crise), quando a queda dos preços das matérias-primas não acompanha a baixa dos preços dos artigos manufaturados, ela fortalece a posição da empresa integrada em confronto com a da empresa ‘simples’ (Lênin, 2011, p. 120-121).

Cumprir assinalar que nem mesmo a crise do “socialismo real”, com a derrocada do bloco soviético, foi suficiente para sepultar as análises de Lênin sobre o imperialismo. Ao contrário dos discursos laudatórios da ordem burguesa que apregoavam um futuro de prosperidade e paz, o caráter anticivilizatório do capitalismo continuou presente nas guerras, nos grandes monopólios que controlam o mercado mundial, no crescimento da miséria etc. Nesse sentido, não é exagero afirmar que o caráter expansionista do capital é inerente ao monopólio e à subjugação do mais fraco em uma espécie de novo darwinismo social (Mészáros, 2002).

Assim, em pleno século XXI, a crise capitalista expressada em escala mundial não parece dar sinais de arrefecimento. Além disso, apesar de milhões de homens e mulheres se encontrarem em condições cada vez mais instáveis de trabalho e de sobrevivência, a prescrição do medicamento para os azares do mercado segue fielmente os postulados liberais. Pela lógica do capital, a agenda do “mercado” é muito evidente: o reforço do poder financeiro, dos grandes conglomerados empresariais e do agronegócio, em detrimento, dos interesses e direitos basilares da classe trabalhadora.

Ademais, no contexto pós-golpe de 2016, contra Dilma Rousseff, justificado ideologicamente pela crise econômica e política, pelo combate à corrupção e ao comunismo, criou-se o ambiente propício para as reformas de orientação neoliberal que destruíram rapidamente uma série de direitos, como requisito para a intensificação da exploração da força de trabalho.

A título de exemplo, a “reforma trabalhista” no Brasil, promovida pela promulgação da Lei nº 13.467/2017, trouxe mudanças expressivas à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), modificando diversos aspectos das relações de trabalho. Implementada por Michel Temer (2016-2018), a reforma não cumpriu as promessas dos discursos oficiais quanto à geração de empregos, mas deteriorou as condições pelas quais o trabalhador vendia sua força de trabalho.

Transcorridos dois anos do golpe de 2016, impossível não retomar as características dos golpes de Estado do país, como acima exposto, buscando pontuar alguns aspectos de uma conjuntura marcada por rápido agravamento da economia nacional e, conseqüentemente, das políticas sociais. A taxa de desemprego no primeiro trimestre de 2018 superou os 11,8% do ano anterior, atingindo, segundo dados da Agência IBGE de Notícias, atingindo 13,1% da população economicamente ativa (Lombardi; Lima, 2018, p. 47).

As evidências demonstram que o viés conservador das reformas promovidas a serviço do capital, em um momento de intensificação da exploração da força de trabalho, contribuiu ainda mais para fragilizar a resistência da classe trabalhadora. Desse modo, ao contrário das promessas vazias, evidenciou-se a ampliação da precarização do trabalho, da insegurança e das desigualdades econômicas.

Nesse contexto, mesmo não sendo uma novidade, a terceirização constituiu-se como mais um instrumento a favor dos interesses empresariais, na medida em que as relações de trabalho estabelecidas são mascaradas por relações entre empresas (Antunes, 2020).

A tendência devastadora ao desemprego crônico hoje afeta até mesmo os países capitalistas mais adiantados. Ao mesmo tempo, também as pessoas ainda empregadas naqueles países têm de suportar a piora de suas condições materiais de existência, o que é admitido até mesmo pelas estatísticas oficiais (Mészáros, 2002, p. 27).

Segundo dados do IBGE, no quarto trimestre de 2024, a taxa média nacional alcançou 6,2% de desempregados, dos quais 4,9% constituem-se de brancos, 7,5% de pessoas pretas e 7% de pardas. Nesse sentido, cumpre assinalar que a informalidade no mercado de trabalho revela as situações cada vez mais instáveis de sobrevivência da classe trabalhadora. Aliás, ainda segundo o IBGE, 38,6% da população economicamente ativa encontrava-se nessa condição no último semestre de 2024 (IBGE, 2025).

Obviamente, os dados não devem ser compreendidos como equivalentes a um momento transitório de crise, mas como um componente estrutural do capitalismo que afeta não apenas determinados segmentos do mundo do trabalho, mas, também, todas as categorias profissionais e os fundamentos jurídicos que organizam as relações sociais.

A CRISE DO CAPITALISMO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: um projeto a serviço do capital

No âmbito dos preâmbulos da precarização das condições laborais docentes, cumpre assinalar que a Constituição Federal de 1988 em seu Art. 6º, assegura os direitos sociais “[...] a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1988, s. p.).

Contudo, torna-se necessário assinalar as diferenças entre o que se encontra proclamado na lei e as condições reais que inviabilizam a efetivação dos direitos. Isso porque, com a progressiva implementação das políticas neoliberais no Brasil, fundamentalmente a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2001), evidenciou-se, de forma mais nítida, o conflito entre o projeto de universalização da escola pública por meio do financiamento público e o projeto neoliberal pautado em uma agenda mercadológica e na alocação de recursos públicos para entidades patronais, confessionais e fundações empresariais em nome da “qualidade”, “produtividade” e “eficiência” etc. Assim, ainda que não representem uma novidade, as últimas décadas foram marcadas pelo avanço da lógica empresarial no campo educacional. Nesse âmbito, fundações empresariais e organismos internacionais, tais como a UNESCO, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial, entre outros,

promoveram uma série de ações junto ao Estado com o objetivo de apropriação de recursos públicos da educação e difusão dos valores legitimadores da ordem capitalista.

Nessa conjuntura, marcada pela regressão das políticas de proteção social e pela mercantilização dos serviços públicos, a agenda empresarial para a educação constituiu-se enquanto um mecanismo de apropriação de recursos públicos e de promoção de valores que visam à conservação da ordem. De tal modo, é possível identificar esse processo nas parcerias entre governos de diferentes instâncias e entidades empresariais: Fundação Roberto Marino, Instituto Ayrton Senna, Fundação Lemann e o movimento Todos Pela Educação.

Considerando as diferentes iniciativas privadas em consonância com o poder público, Motta e Leher destacam a existência de

[...] um eixo discursivo que irá orientar as ações do capital nos anos seguintes: a educação fundamental foi universalizada, mas carece de qualidade; o Estado e os professores fracassaram na reversão do quadro de repetência, de evasão e de baixo desempenho escolar, então, é legítima a participação ativa da sociedade civil, leia-se, das organizações vinculadas ao capital, na condução dos assuntos educacionais, ainda que em confronto com professores avessos às tais “reformas” (2017, p. 245).

As deturpações do discurso empresarial sobre a educação não são uma novidade, mas tornaram-se mais presentes à medida que a crise capitalista se agravou. Do ponto de vista dominante, buscou-se vincular o desemprego à “ineficiência” da educação pública e, ao mesmo tempo, apresentar as reformas como solução para todos os problemas sociais.

Assim, a adoção da gestão empresarial, de novas metodologias pedagógicas e tecnologias são apresentadas como um mecanismo mágico para solução dos problemas.

Há ainda um descolamento entre a realidade vivida pelo aluno, intensamente mediada pelas tecnologias, e aquela que ele encontra na escola, o que gera desinteresse, desmotivação e, conseqüentemente, altos índices de evasão. Essa situação compromete ainda o desenvolvimento do país, que não consegue preparar profissionais e cidadãos para lidar com os desafios da atualidade. Também a educação brasileira perde a oportunidade de incorporar essas novas alternativas para resolver antigos problemas.

Para reverter essa situação, gestores públicos, acadêmicos, educadores e empreendedores, em todas as partes do mundo, têm investido no desenvolvimento de inovações capazes de fazer com que a educação responda às demandas do século XXI e aos interesses do aluno contemporâneo. Neste contexto, o uso de novas tecnologias educacionais configura-se como uma estratégia que, se incorporada com propósito, planejamento e eficiência, pode trazer diversos benefícios para os alunos, os professores, as escolas e, certamente, para todo o país (Todos pela Educação, 2014, p. 3-4).

Devido à sua filiação ideológica liberal, o documento acima atribui a ausência de tecnologias inovadoras no ambiente escolar como fator de desinteresse e desmotivação dos alunos, o que se constituiu na razão dos altos índices de evasão escolar e do comprometimento do desenvolvimento. Sendo assim, a partir de um viés desvinculado das condições concretas de existência e apartado de uma perspectiva a-histórica, os autores do documento desconsideram a

realidade material em que se insere a escola, além de omitir que, sem uma mudança estrutural que supere as relações materiais de produção capitalistas, não seremos capazes de promover a solução mazelas sociais, como por exemplo, o desemprego.

Considerando as mudanças que promoveram a flexibilização das relações de trabalho, é preciso assinalar, ainda, que os docentes da educação pública também foram afetados por esses impactos, provocando uma série de readequações no trabalho docente em um contexto marcado pelo retrocesso das políticas sociais e dos direitos sociais. Além disso, por meio da (re)produção de um discurso permeado por expressões como “inclusão”, “equidade”, “mobilização social”, “oportunidades educacionais”, “qualidade” (Todos Pela Educação, 2014), entre outros, as organizações empresariais pautaram seus interesses em consonância com a reprodução da ordem burguesa. No entanto, tais proposições carecem de conteúdos concretos que permitam aos educandos a compreensão de uma realidade marcada pelas contradições de uma sociedade de classes.

Poder-se-ia, então, considerar os projetos oriundos das entidades empresariais e dos organismos internacionais que buscam promover, no âmbito da gestão, organização e nos conteúdos a solução para os problemas sociais? Os processos formativos orientados pelo capital seriam uma resposta eficaz à crise que vivenciamos? Defende-se, aqui, que não há razões para acreditar em uma educação que contribua para desvelar as contradições do capitalismo a partir de um Estado a serviço do capital.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (Mészáros, 2005, p. 35).

A partir dos interesses das classes dominantes, seria ilógica a promoção de um projeto educacional que se pautasse na partilha de conteúdos historicamente produzidos pela humanidade. Em outras palavras, não há o menor interesse da burguesia na socialização do conhecimento com as classes trabalhadoras, o que não implica a existência de contradições no âmbito da educação escolar.

Não por acaso, do ponto da burguesia, faz-se necessário desmontar a liberdade de cátedra como requisito para a imposição de projetos educacionais orientados pelo capital. Assim, verifica-se, nas ações do Estado, um movimento constante de desvalorização, precarização do ensino e controle sobre as atividades docentes.

[...] inicialmente, cabe destacar o processo de construção da imagem da crise da escola. Na ótica dominante, a crise decorre do fracasso dos educadores, das universidades e, em síntese, da rede pública. Daí a defesa da refuncionalização da escola, por meio da colaboração da sociedade civil, leia-se, dos empresários e das agências do capital (Leher, 2014, p. 17-18).

Para além das contribuições de Leher, é importante destacar o crescimento de forças políticas conservadoras e reacionárias no Brasil, o que reproduz uma tendência mundial. Assim, já não é suficiente para os homens de negócios a drenagem de recursos públicos da educação. De tal modo, temas como autonomia docente, gênero, racismo, laicidade do ensino tornaram-se alvos de um projeto que recorre a um discurso de aparência crítica com os rumos da educação, para impulsionar projetos de caráter reacionário, tais como “Escola sem Partido”, “Escolas cívico-militares” e “home schooling”.

Nesse contexto, docentes são alvos de ameaças e de violência física em diferentes escolas do país.

A mordaza e a cultura do medo, combinada aos controles sobre as escolas são expressão de uma conjuntura onde o pensamento autoritário ganha legitimidade em nosso país. A fragilização da democracia na sociedade global e o avanço das formas de pensamento autoritário se reproduzem na escola na forma de cerceamento ao livre pensamento e ao ensino crítico da ciência o que só pode ocorrer numa escola onde a autonomia e a participação de estudantes e professores são elementos centrais do processo pedagógico. Parafraseando Tragtenberg (2009) uma escola democrática, forma um cidadão para um regime democrático, enquanto uma escola totalitária, forma um cidadão para um Estado totalitário, para o conformismo e a submissão dos estudantes e dos professores (Conti; Piolli; 2019, p. 294-295).

Nesse sentido, é evidente que, atuando no âmbito das instituições escolares nos diferentes níveis de ensino, docentes são limitados pela própria gestão escolar, pelas normas impostas pelas Secretarias de Educação, pelos protocolos administrativos de controle do trabalho pedagógico etc. Trata-se, portanto, de estratégias de internalização pelos professores do papel a eles atribuído dentro da hierarquia social.

Desse modo, mesmo diante de todo o desmonte evidenciado, é interessante observar que o discurso dominante recorre, com frequência, ao argumento da importância da educação para a solução dos problemas socioeconômicos, o que revela uma contradição no discurso hegemônico produzido pelos intelectuais burgueses. Considerando a “ineficiência” da educação brasileira, alardeada por grupos empresariais e pela grande imprensa, como explicar o crescimento econômico e, concomitantemente, o desemprego estrutural?

O crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de 1,4% no primeiro trimestre de 2025 ficou entre os maiores registrados entre as economias mais relevantes, segundo dados da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) para quase 30 países do bloco e também os números da China e do Brasil (Cucolo; Vieceli, 30/05/2025, p. A14).

A partir da compreensão da totalidade das relações capitalistas, não é um problema fundamental a qualidade da escola, mas sim o seu uso como expressão ideológica que justifiqueas

condições miseráveis de milhares de trabalhadores. Na página *Itaú Educação e Trabalho*, encontramos o seguinte postulado:

[...] a educação é um vetor de desenvolvimento social e econômico de uma nação. Por isso, atua para que os estudantes tenham uma formação qualificada para o mundo do trabalho, em uma realidade em constante mudança, e se sintam estimulados a seguir aprendendo em todas as etapas da vida.

Desde 2019, o Itaú Educação e Trabalho integra a Fundação Itaú, juntamente com o Itaú Cultural e o Itaú Social. A partir de então, trabalhamos juntos para fortalecer uma atuação cada vez mais integrada e baseada em evidências, que resultem em inclusão e justiça social a partir da articulação entre educação, arte e cultura (Itaú Educação e Trabalho, s/d).

Conforme evidenciado, trata-se de um discurso repetitivo presente na história da educação. Trata-se, ainda, de uma leitura que atribui à educação o papel de “desenvolvimento social”, sem sequer questionar os fundamentos de um modelo societário que descarta milhões de trabalhadores ao trabalho precarizado. Cumpre assinalar, também, que em nenhum momento são questionadas as condições de trabalho docente, os cortes orçamentários e as condições de trabalho em escolas públicas, que não podem ser desvinculadas das pressões burguesas que, por sua vez, operam no âmbito dos bastidores dos centros decisórios do Estado.

A “sacralização” da Educação, associada à inclusão social, à redução da pobreza e ao aumento da equidade, não resiste, todavia, ao teste das evidências. Sob o discurso humanitário, subjaz o dado concreto: em 2016, 55,1% dos municípios não pagaram sequer o piso salarial nacional, à época de R\$ 2.135,64; 61,6% não cumpriram a jornada de 1/3 da carga horária prevista para o planejamento de aulas (CNTE, 2017); oito estados da federação não cumpriram ambas as normas (CNTE, 2016). Em 2015, os temporários atenderam 34% das turmas das redes de Educação Básica públicas, federais, estaduais e municipais, ferindo a legislação que prevê um máximo de 10% de temporários (Brasil, 2014a). Muitos desavisados imaginam que os professores merecem essa situação em razão de suas supostas deficiências; outros afirmam, com intencionalidade política indubitável, que seria necessário retirar-lhes os “privilégios” (Seki *et al.*, 2017, p. 945).

Sobre o atual contexto marcado pela flexibilização das relações de trabalho, que atinge profundamente os trabalhadores da educação, Antunes (2005) demonstra que a crise do *welfare state* foi acompanhada pela agenda neoliberal que ditou o ideário e o programa de ajustes fiscais segundo as diretrizes do FMI e do Banco Mundial.

Nesse íterim, é importante assinalar que as diretrizes estabelecidas pela lógica neoliberal para os professores são muito próximas daquelas estabelecidas na organização das atividades produtivas. Assim, verifica-se, no ambiente escolar, a existência de uma pressão por metas, o controle do tempo do professor e a burocratização de suas atividades.

Nesse contexto, sequer os direitos conquistados são assegurados:

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP Sindicato) levou ao Ministério Público do Trabalho (MPT) denúncia de que o governo do estado vem descontando o salário de profissionais que estão em licença-maternidade ou em tratamento de câncer.

A entidade, que protocolou a denúncia na última terça-feira (2), pediu a abertura de um processo de investigação pelo MPT e demais providências, já que o corte de salário dos trabalhadores que estão em licença-maternidade, licença-saúde ou por acidente de trabalho configura violação de direitos constitucionais e trabalhistas (Hora do Povo, 08/09/2025).

Nesse viés de explanações, pode-se reafirmar que o trabalho docente expressa a reprodução da lógica das relações, na medida em que compreende os indivíduos como dados estatísticos desvinculados das necessidades humanas, o que se evidencia na contratação de professores temporários. Segundo as informações contidas no Censo Escolar (Brasil, 2024), pelo terceiro ano consecutivo, o número de docentes concursados (331.440) continua sendo inferior ao número de professores que atuam por meio de contratos temporários (331.971).

Diante do avanço das reformas administrativas de caráter neoliberal, inúmeros professores encontram-se sem alternativa concreta e suas possibilidades de inserção no magistério são limitadas pela ausência de concursos públicos. Cumpre assinalar, ainda, que os contratos temporários, também presentes em empresas privadas, não oferecem aos docentes nenhum tipo de estabilidade, previdência, plano de carreira, direito a licenças, além da incerteza quanto ao seu contínuo exercício após o término do contrato.

Esse modelo de organização das políticas públicas em educação impacta diretamente a docência, contribuindo, também, para a precarização e para o adoecimento de professores e professoras:

Tendo então que lidar com dificuldades de aprendizagem de diversos tipos, por um lado, e com problemas cada vez mais graves de relacionamento com os alunos, por outro, o trabalho do professor, que já era marcado por mazelas como baixos salários, longas jornadas e salas superlotadas, passou a se tornar cada vez mais conflituoso, gerando o aprofundamento da tensão e do desgaste (PAPARELLI, 2009). Como resultado, os casos de adoecimento e afastamentos por questões de saúde têm aumentado de modo assombroso, demonstrando, assim, que o trabalho do professor se tornou algo consideravelmente nocivo (Silva; Fischer, 2023, p. 43).

Não por acaso, os desdobramentos desse processo, marcado pela desvalorização das atividades docentes, podem se traduzir no adoecimento psíquico, em constantes conflitos com alunos, na perda do controle sobre as atividades desenvolvidas etc.

Nesse contexto, o adoecimento docente é um dos desdobramentos das condições de trabalho marcadas pelas longas jornadas, pela ausência de material adequado, pelo acúmulo de funções, pela desvalorização salarial etc., que podem ser evidenciados por meio de dados empíricos e por meio de estudos realizados por diferentes pesquisadores: (Facci; Urt; Barros, 2018; Forattini; Lucena, 2015; Moura *et al.*, 2019).

Entretanto, conforme mencionado anteriormente, não se trata de um fenômeno restrito aos profissionais da educação, mas de um fenômeno que atinge diferentes categorias da classe

trabalhadora, em meio a uma sociedade voltada para a valorização das mercadorias, e não dos seres humanos.

Sendo assim, como meio de defender a “inevitabilidade” das reformas, as políticas no âmbito da educação reproduzem ideologicamente discursos recheados de expressões que reforçam o “protagonismo” de professores e alunos.

Enjaulado nos slogans do “empoderamento”, do “empreendedorismo”, da “responsabilização”, sintetizados na “capacidade de mudar o mundo” – pedras de toque nas políticas docentes em andamento –, o professor subsiste em condições profundamente adversas (Seki *et al.*, 2017, p. 943).

Esse processo transforma o trabalho pedagógico em mais uma mercadoria que pode ser vendida e comprada no mercado por meio de apostilas, cursos de “projetos de vida”, de “empreendedorismo”, etc. Trata-se, em última instância, da lógica empresarial que não se faz presente somente no âmbito da produção de mercadorias, mas que se insere nas formas de contratação de professores e gestão das escolas, em consonância com a lógica contábil e utilitária do capital. Nesse sentido, até mesmo o afastamento remunerado por questões de saúde é negado a professores:

Professores da rede de educação estadual de São Paulo que fazem parte do programa Sala de Leitura estão sendo punidos com redução de carga horária quando deixam de ir ao trabalho por licença médica. Os principais afetados são os docentes com contratos temporários, que chegam a ter o vínculo totalmente rompido (Moreira; Bernado, 03/10/1025).

A punição de professores ausentes do trabalho por razões de saúde, mesmo amparados por atestado médico, expressa a materialização do processo de reestruturação produtiva que também atinge a educação pública. Assim, as típicas formas de controle dos profissionais da educação de outrora, que pareciam condenadas ao museu de antiguidades da história, ressurgem reformuladas e mais destrutivas a partir do advento do padrão toyotista.

Portanto, não é casual o retrocesso presente nas formas de contratação de professores. A partir do Censo Escolar da Educação Básica, de 2016, (Seki *et al.*, 2017), por exemplo, é possível constatar o percentual elevado de temporários.

Agregue-se que o Ensino a Distância (EaD), em geral vinculado à Educação de Jovens e Adultos (EJA), tem um percentual elevado de temporários: 67% na categoria “Docente titular EAD” e 84% na “Docente tutor EAD”. Confirma-se, pois, que os contratos temporários alcançam as áreas da educação mais débeis. O mesmo ocorre com os auxiliares, assistentes, monitores e intérpretes de Libras. Não é o caso de discutirmos aqui, mas vale ressaltar o tratamento dado aos voluntários do Ensino Médio Inovador e Mais Educação em relação aos tutores da EaD. Os primeiros, embora possuam tarefas pedagógicas não são considerados docentes; os tutores, ao contrário, são assim registrados (Seki *et al.*, 2017, p. 950).

Os dados apresentados pelos autores evidenciam o caráter contábil do mercado presente nas atividades docentes, que engrossam as fileiras dos trabalhadores precarizados nas condições de trabalho e direitos. Assim, independentemente dos apelos messiânicos em torno da educação para o desenvolvimento e que esteja voltada para a inclusão social, a lógica predatória do capitalismo transforma a escola em mais um nicho de seus negócios.

Em “Um ajuste justo”, documento produzido pelo Banco Mundial, há uma diretriz propositiva que descarta os direitos historicamente conquistados em favor da produtividade e do livre mercado. Em meio a esse cenário, além das críticas dirigidas aos gastos excessivos com a educação, o documento apresenta como problema o número excessivo de professores como fator de ineficiência, sem apresentar dados consistentes que corroborem tal afirmação.

182. A ineficiência dos ensinos fundamental e médio está principalmente relacionada ao número excessivo de professores. Aproximadamente 39% da ineficiência dos gastos brasileiros com educação está associada às baixas razões aluno-professor (RAP). Se todas as escolas atingissem a fronteira de desempenho, o Brasil poderia aumentar o número de estudantes por professor em 33% no ensino fundamental e em 41% no ensino médio. Alternativamente, a redução do número de professores com base no número atual de alunos representaria uma economia de aproximadamente R\$ 22 bilhões (ou 0,33% do PIB), dos quais R\$ 17 bilhões no ensino fundamental, e R\$ 5 bilhões no ensino médio (Banco Mundial, 2017, p. 129).

O documento do Banco Mundial, do qual advém o fragmento acima, expressa ideologicamente o aprofundamento do receituário neoliberal que objetiva adequar o Estado para as novas demandas da reprodução capitalista. Por conseguinte, em nome da redução de gastos públicos, são apresentadas soluções contábeis para o enxugamento da máquina estatal. Não por acaso, os trabalhadores da educação enfrentam diariamente a redução de sua autonomia em sala de aula, e a imposição de metas estabelecidas como instrumento de controle sobre os conteúdos trabalhados.

Nesse ínterim, em uma sociedade organizada a partir das relações alicerçadas na exploração e na dominação, é necessário que a burguesia utilize mecanismos de controle e transmissão dos conteúdos imprescindíveis para a compreensão de uma realidade situada para além das aparências. Assim, a ciência, a arte e, fundamentalmente, a educação escolar devem ser esvaziadas para os filhos e filhas da classe trabalhadora, reproduzindo formas alienadas das relações sociais.

Por fim, a partir das análises até aqui desenvolvidas, compreende-se que o processo de precarização do trabalho docente e das políticas de gestão empresarial da educação expressam o projeto do Estado burguês, sendo que tais instâncias não devem ser desvinculadas da atual crise estrutural do capitalismo. Contudo, não se trata de uma novidade ou um episódio passageiro, mas de um projeto de classe que expressa o caráter anticivilizatório do capitalismo. Trata-se, antes de tudo, de eliminar qualquer possibilidade de pensamento crítico no interior das escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a crise cada vez mais aguda do capitalismo e as proposições neoliberais, caracterizada pela imposição da destruição de direitos do trabalhador e pela privatização dos

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2024.** Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZjI9> Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm Acesso em: 21 nov. 2025.

CONTI, Mariana; PIOLLI, Evaldo. O movimento Escola sem Partido e o “cemitério dos vivos”: a proposição da lei e a resistência em Campinas. *In*: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino JOSÉ; Lucena, Carlos (Orgs.). **Escola sem partido ou a escola da mordada e do partido único a serviço do capital.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2019, p. 293-310.

CUCOLO, Eduardo; VIECELI, Leonardo. Brasil está entre os países que mais cresceram no início de 2025. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 de maio de 2025. Caderno Mercado, p. A14.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias; URT, Sonia da Cunha; BARROS, Ana Teresa Fernandes. Professor readaptado: a precarização do trabalho docente e o adoecimento. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. 2, p. 281-290, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/Fp3LN9tv4Ym9QfpV8dfGyLS/?lang=pt> Acesso em: 27 out. 2025.

FORATTINI, Cristina Damm; LUCENA; Carlos. Adoecimento e sofrimento docente na perspectiva da precarização do trabalho. **Laplage em Revista (Sorocaba)**, v. 1, n. 2, p. 32-47, mai./ago. 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6193559> Acesso em: 27 out. 2025.

FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua.** Brasília: Senado Federal, 2025. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho.html> Acesso em 20/11/2025.

LEAL, Teomar Manduca Aires; ALVES, Thiago. Fatores associados ao abandono da profissão docente na educação básica: uma revisão sistemática. **Jornal de Políticas Educacionais**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 1-24, 2024. DOI: 10.5380/jpe.v18i1.94471. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/94471>. Acesso em: 14 nov. 2025.

LEHER, Roberto. Crise do capital, crise da escola. *In*: SOUZA JÚNIOR, Justino de. A crise na escola. **Imprensa Universitária**, 2014, p. 13-24. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/10234>. Acesso em: 25 jun. 2025.

LENIN, Vladimir Ilyich. **O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo**. Campinas: FE/Unicamp, 2011.

LOMBARDI, José Claudinei. Lima, Marcos R. Lima. Golpes de estado e educação no Brasil: perpetuação da farsa. *In*: KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política. *In*: NETTO, José Paulo (Org.). **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOREIRA, Valentina; BERNARDO Jessica. Professores da rede estadual perdem carga horária após licença médica. **Metrópoles**. São Paulo, 03/10/2025. Disponível em: <https://www.metrópoles.com/sao-paulo/professores-da-rede-estadual-perdem-carga-horaria-apos-licenca-medica> Acesso em: 21 nov. 2025.

MOTTA, Vânia Cardoso da; LEHER, Roberto. Trabalho docente no contexto do retrocesso do retrocesso. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 2, n. 3, p. 243-258, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.29404/rtps-v2i3.3580> Acesso em: 25 nov. 2025.

MOURA, Juliana da Silva; RIBEIRO, Júlia Cecília de Oliveira Alves; CASTRO NETA, Abília Ana de; NUNES, Claudio Pinto. A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v. 19, n. 40, p. 01-17, 2019. DOI: 10.31496/rpd.v19i40.1242. Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1242>. Acesso em: 27 out. 2025.

NETTO, José Paulo: Introdução. *In*: NETTO, José Paulo. **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022. p. 7-34.

OXFAM INTERNACIONAL. **Desigualdade S.A.** 2024. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/desigualdade-s-a/#:~:text=A%20riqueza%20dos%20cinco%20maiores,a%20pobreza%20em%2023%20anos!> Acesso em: 20 nov. 2025.

Quem somos. Itaú Educação e Trabalho. São Paulo. Disponível: <https://www.itaueducacaoetrabalho.org.br/institucional/quem-somos> Acesso: 13/11/2025.
Relatório de Atividades. Todos pela Educação. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2020/08/relatorio-de-atividades-2014.pdf> Acesso em: 21 nov. 2024.

ROIO, Marcos Del. Prefácio. *In: SCHLESENER, Anita Helena; MASSON, Gisele; SUBTIL, Maria José Dozza (Orgs.) Marxismo e educação*. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2016.

SEKI, A. K.; SOUZA, A. G. de; GOMES, F. A.; EVANGELISTA, O. Professor temporário: um passageiro permanente na Educação Básica brasileira. *Práxis Educativa*, v. 12, n. 3, p. 942-959, 2017. DOI: 10.5212/Praxis Educativa.v.12i3.014. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/10526>. Acesso em: 26 out. 2025.

SILVA, Jefferson Peixoto da; FISCHER, Frida Marina. Trabalho e Saúde dos Professores: uma ambiguidade a resolver – ou o desafio da intervenção. *In: LIMA, Cleiton Faria (Org.). Seminários: trabalho e saúde dos professores: precarização, adoecimento e caminhos a mudança*. São Paulo: Fundacentro, 2023.

SINDICATO denuncia governo do Paraná por corte nos salários de professoras em licença-maternidade. *Hora do Povo*. São Paulo, 08/09/2025. Disponível em: <https://horadopovo.com.br/sindicato-denuncia-governo-do-parana-por-corte-nos-salarios-de-professoras-em-licenca-maternidade/> Acesso em: 10 nov. 2025.

| Submetido em: abril de 2026

| Aprovado em: agosto de 2026

| Publicado em: setembro de 2026